



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E ARQUIVO
DIVISÃO DE ACERVO – PERIÓDICOS



SUMÁRIO CORRENTE
ABRIL / SETEMBRO - 2020



06

EDITORIAL

Orgulho da magistratura

08

CAPA

"O Judiciário não pode ser um museu de princípios"



Foto: Rosinei Coutinho SCO STF

18

EM FOCO

Ministro Humberto Martins assume a Presidência do Tribunal da Cidadania

20

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Investimento em tecnologia e melhorias na prestação jurisdicional

24

PRATELEIRA

Livros e filmes sobre Trabalho, Justiça e Filosofia

26

DIREITO PRIVADO

Análise de Impacto Legislativo na Recuperação e na Falência

28

ESPAÇO OAB

Reforma tributária deve ser ampla

31

OPINIÃO

O *liberum veto* e o Ministério Público

34

OPINIÃO

O papel da Justiça para a retomada do desenvolvimento

36

OPINIÃO

Sociedade tem que emergir melhor da pandemia

38

OPINIÃO

Expectativas e esperança

40

ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Novas perspectivas dos meios adequados de solução de litígios diante da pandemia

42

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A recuperação negociada das empresas

44

ESPAÇO AMB

O STF e a contínua missão de aperfeiçoamento do Judiciário e da democracia

46

ESPAÇO AJUFE

Um novo tempo no Supremo Tribunal Federal

48

ESPAÇO ANADEP

Luta diária das pessoas com deficiência por seus direitos

51

ESPAÇO IAB

O desafio do equilíbrio entre democracia, tecnologia e *fake news*

54

ESPAÇO CONAMP

Os desafios da Justiça brasileira em tempos de pandemia

56

SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

A informação como direito dos usuários de serviços notariais e registrares

58

ESPAÇO ANAPE

O advogado público na era da consensualidade

60

OPINIÃO

Diversidade racial e o futuro da advocacia

62

OPINIÃO

O teletrabalho como política do serviço público

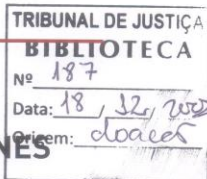
64

OPINIÃO

Home office e Segurança da Informação



REVISTA IBDFAM. Belo Horizonte, n. 51, jun. / jul. 2020.



PÁG. 04

ENTREVISTA: JONES
FIGUEIRÊDO ALVES

PÁG. 07

MATÉRIA DE CAPA: PASSADO,
PRESENTE E FUTURO

PÁG. 10

MOMENTO DE TRANSIÇÃO

PÁG. 13

ENTREVISTA: CHRISTIAN
DUNKER

PÁG. 14

DUPLA VULNERABILIDADE

CONFIRA NA VERSÃO *ON-LINE*
A MATÉRIA EXTRA
DAS DÚVIDAS À AÇÃO
E SEÇÃO LAZER

Capa: Pexels/cottonbro

O IBDFAM também está nas redes
sociais, levando informação e
entretenimento ao seu público. Acesse:

 **Twitter:**

@IBDFAM_oficial

 **Instagram:**

@ibdfam

 **Telegram:**

t.me/ibdfam

 **Youtube:**

youtube.com/
ibdfamBrasil

 **Facebook:**

facebook.com/ibdfam

**MANDA
IN BOX**



PARA ANUNCIAR

Quer a sua marca na revista mais bacana de Direito das Famílias? E que tal fazer um convênio em parceria com o maior instituto da área na América Latina? Envie um e-mail para: comercial@ibdfam.org.br

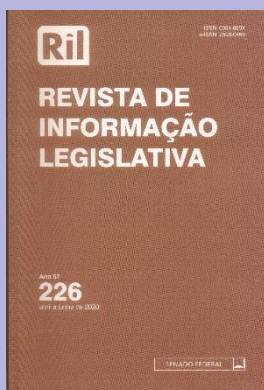
REDAÇÃO

Envie sua crítica ou sugestão de conteúdo para o e-mail ascom@ibdfam.org.br

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSOCIADO

Para dúvidas sobre a sua associação, anuidade ou compra de produtos, envie um e-mail para atendimento@ibdfam.org.br





REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. Brasília: Senado Federal, v. 57, n. 226, abr. / jun. 2020.

Autores convidados

- 11 **Direito de reunião pacífica em face da administração ordenadora sanitária
Para além da pandemia da Covid-19**
Vladimir da Rocha França
- 29 **O debate sobre as eleições municipais de 2020 no Brasil e a pandemia da Covid-19**
Ana Claudia Santano

Artigos

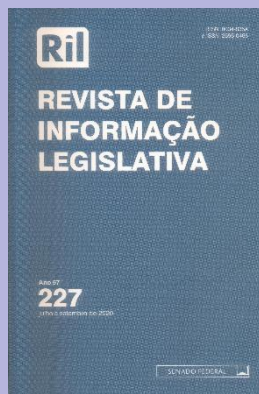
- 49 **Cruzando a fronteira
A questão dos refugiados no Brasil**
Marcelo Leonardo Tavares
Tássia de Oliveira Sodré
- 71 **O princípio da reparação integral e a “contraofensiva da culpabilidade”
Revisitando a cláusula de redução equitativa da indenização**
Rosalice Fidalgo Pinheiro
José Roberto Della Tonia Trautwein
- 93 **A supralegalidade parcial dos tratados de propriedade intelectual**
João Pedro Accioly
- 113 **Impactos das demandas judiciais no dever do Estado
de prestar assistência farmacêutica**
Clovis Demarchi
Douglas Cristian Fontana
- 131 **A interpretação dos Tribunais de Justiça do Sul do Brasil acerca do crime continuado**
Dani Rudnicki
Graziele Costanza
- 161 **Democracia, representação e accountability
O trade-off entre justiça alocativa da representação e governo
responsivo no sistema proporcionalista brasileiro**
Valter Rodrigues de Carvalho

Os conceitos emitidos em artigos de colaboração são de responsabilidade de seus autores.

- 187 **A aplicação do princípio da insignificância no processo de improbidade administrativa**
Fundamentos constitucionais
Nuno M. M. S. Coelho
Adriana de Oliveira Izá
- 207 **Religião em Direito Comparado e a ampliação de seus limites**
A metodologia dialógica entre Teologia e Direito
Francisco Junior de Oliveira Marques
Mônica Mota Tassigny



Acesse todas as edições da
Revista de Informação Legislativa
www.senado.leg.br/ril



REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. Brasília:
Senado Federal, v. 57, n. jul. set. / jun. 2020.

Autores convidados

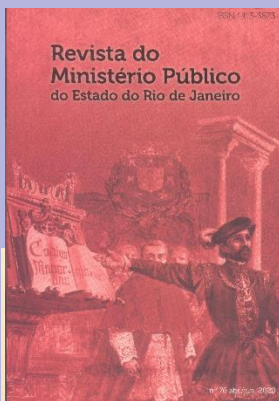
- 11 **A eficácia subjetiva das sentenças em ações coletivas
à luz da doutrina de Teori Albino Zavascki**
O estado da arte na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça
Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Douglas Alencar Rodrigues

Artigos

- 43 **A eficácia dos pareceres da consultoria jurídica no órgão de
advocacia de Estado e na Administração Pública**
Eduardo Fortunato Bim
- 81 **A mediação penal em Portugal doze anos depois**
Início, meio e fim (?)
Fernando Laércio Alves da Silva
Luca Verzelloni
- 105 **A confidencialidade na mediação de conflitos
coletivos no âmbito do Ministério Público**
Uma abordagem analítico-comportamental do Direito
Antonio Marcos da Silva de Jesus
- 131 **E os negros? Onde estão os negros?**
Antirracismo patrimonial e os quilombos
Paulo Fernando Soares Pereira
- 155 **A influência da liberdade econômica nos índices de
 aferição da qualidade das democracias**
Guilherme Prado Bohac de Haro
Jefferson Aparecido Dias
Walkiria Martinez Heinrich Ferrer

Os conceitos emitidos em artigos de colaboração são de
responsabilidade de seus autores.

- 177 **Estatuto das empresas estatais**
As empresas estatais obrigadas a licitar e contratar segundo a Lei nº 13.303/2016
Maurício Zockun
Carolina Zancaner Zockun
- 193 **Da opinião à cooperação**
Uma reflexão sobre a participação do cidadão na democracia digital
Valéria Castanho
- 211 **Medindo o desempenho do Poder Legislativo**
O que esperar das Câmaras Municipais?
Sirlene Nunes Arêdes
Stanley Plácido da Rosa Silva
- 229 **Inova Simples aplicado ao modelo de remuneração da**
universidade pública por incubação de startups
Um exame da Universidade Federal de Minas Gerais
Rubia Carneiro Neves



Sumário

Doutrina

- Crimes cibernéticos e óbices ao cumprimento do Acordo de Cooperação Internacional (MLAT) com base nos *standards* de causa provável e liberdade de expressão do Direito estadunidense
Ana Lara Camargo de Castro 19
- Raciocínios probabilísticos implícitos e o papel das estatísticas na análise probatória
Edilson Vitorelli..... 51
- A coexistência de absolutas prioridades e o sistema brasileiro de proteção à infância e à juventude
Emerson Garcia..... 75
- Divulgação de lista de visitantes a detento e direito à privacidade e intimidade: critérios para ponderação com os direitos fundamentais à liberdade de informação e de imprensa
Flávio de Araújo Willeman
Rodrigo Vieira Farias..... 85
- A consolidação legislativa da proteção de dados no Brasil: comentários às alterações da Lei nº 13.853/2019 à LGPD
Guilherme Magalhães Martins
João Victor Rozatti Longhi
José Luiz de Moura Faleiros Júnior..... 105
- A Ratificação no Direito Constitucional Português
Jorge Miranda 119
- O mito da democracia
Luiz Fabião Guasque 131
- Ministério Público e investigação criminal defensiva: desafios e algumas propostas
Marcus Vinícius Amorim de Oliveira..... 143
- Pena de multa criminal - uma abordagem realística
Maria Fernanda Dias Mergulhão 159

Possibilidade da responsabilidade penal do Estado. Eventualidade da sua codelpabilidade no ato ilícito. O "apelo societário" e a "exigibilidade da conduta diversa"	
<i>Ricardo Valente Souto de Castro</i>	
<i>Fernando Souto de Castro</i>	177

Negócios processuais e o Compromisso de Ajustamento de Conduta	
<i>Thiago Chacon Delgado</i>	195

Observatório Jurídico

Da democracia à partidocracia: reflexos no crescimento da corrupção	
<i>Emerson Garcia</i>	213
O Supremo Tribunal Federal e o consequencialismo jurídico	
<i>Ives Gandra</i>	217

Observatório Filosófico

Brevíssimo estudo sobre a filosofia do tédio em Martin Heidegger	
<i>Adolfo Borges Filho</i>	223
Hobbes e o contrato como fundamento do Estado moderno	
<i>Delmo Mattos</i>	229

Peças Processuais

Pareceres

Parecer. Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNPG. Reflexos, no âmbito do Ministério Público, da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) e alterou, de modo provisório ou permanente, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.	
<i>Emerson Garcia</i>	239

Processo Administrativo. Parecer da Assessoria de Atribuição Originária
em Matéria Cível da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e
Institucionais. Consulta formulada pela Força Tarefa de Atuação Integrada na
Fiscalização das Ações Estaduais e Municipais de Enfrentamento à COVID-19,

do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a respeito dos Itens nºs 1 e 2 da Recomendação nº 27/2020 – FTCOVID-19.

Guilherme Peña de Moraes259

Processo Administrativo MP RJ nº 2012.00100662. Conflito Negativo de Atribuição em Matéria Cível. Parecer da Assessoria de Atribuição Originária em Matéria Cível da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais. Órgão suscitante: 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Macaé em face da 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Capital. Atuação ministerial frente às irregularidades nas condições de segurança em estádio desportivo no Município de Macaé. Criação pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais - CNPG de uma Comissão Permanente de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios de futebol, cujo objetivo é debater Estratégias para a elaboração de propostas sobre questões relativas à segurança das instalações físicas e à redução da violência nos estádios de futebol.

Marlon Oberst Cordovil265

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

Jurisprudência Criminal

Habeas Corpus nº 128.763 / Rio de Janeiro. *Habeas corpus*. Direito Penal. Processo Penal. Execução penal. Saída temporária. Visita periódica à família. 2. Um único ato judicial que analisa o histórico do sentenciado e estabelece um calendário de saídas temporárias, com a expressa ressalva de que as autorizações poderão ser revistas em caso de cometimento de falta, é suficiente para fundamentar a saída mais próxima e as futuras. A decisão única permite participação suficiente do Ministério Público, que poderá falar sobre seu cabimento e, caso alterada a situação fática, pugnar por sua revisão. 3. Ameaça concreta de lesão ao direito do paciente. Dificuldades operacionais na Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro. Muito provavelmente, se cada condenado tiver que solicitar cada saída, muitas serão despachadas apenas após perderem o objeto. 4. Ordem concedida. Expedição do ofício ao Conselho Nacional de Justiça, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e à Corregedoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, para que avaliem e tomem providências quanto à situação da execução penal no Estado do Rio de Janeiro. 5. Expedição de ofício ao Superior Tribunal de Justiça e à Procuradoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, dando notícia do julgamento.

Segunda Turma, 04/08/2015277

Jurisprudência Cível

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.000 / Rio de Janeiro. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Constitucional. Leis nºs 8.071/2018 e 8.072/2018 do Estado do Rio de Janeiro. Concessão de benefício remuneratório para recomposição do poder aquisitivo das remunerações dos servidores do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Art. 37, X, da Constituição Federal. Matéria reservada à iniciativa privativa do chefe do poder executivo. Precedentes. Medida cautelar confirmada. Ação julgada procedente. Plenário, Sessão Virtual de 20/09/2019 a 26/09/2019287

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5949 / Rio de Janeiro. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Constitucional e Direito Processual Penal. Lei nº 7.917, de 16.3.2018, do Estado do Rio de Janeiro. Permanência de preso provisório em unidade do sistema penitenciário estadual. Limitação temporal da prisão preventiva. Alegada usurpação de competência da união para legislar sobre Direito Processual Penal. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. Plenário, Sessão Virtual de 18/10/2019 a 24/10/2019297

Superior Tribunal de Justiça

Jurisprudência Criminal

Habeas Corpus nº 492.964 / Mato Grosso do Sul (2019/0039940-0). Processo penal. Penal. *Habeas corpus*. Homicídio qualificado e fraude processual. Júri. Art. 427 do CPP. Pedido de desaforamento. Indeferimento. Comprometimento da imparcialidade dos jurados não verificada. Alteração de entendimento do tribunal de origem. Exame aprofundado do contexto fático-probatório dos autos. Necessidade. Matéria incabível na via eleita. Constrangimento ilegal. Não ocorrência. *Writ* não conhecido. Quinta Turma, julgado em 03/03/2020.317

Habeas Corpus nº 556.629 / Rio de Janeiro (2020/0003064-2). Penal. *Habeas corpus* substitutivo de recurso próprio. Inadequação. Roubo. Dosimetria. Arma branca. *Novatio legis in melius*. Valoração como circunstância judicial. Pena-base acima do mínimo legal. Possibilidade. Desproporcionalidade do aumento na primeira fase da dosimetria. Flagrante ilegalidade evidenciada. *Writ* não conhecido. Ordem concedida de ofício. Quinta Turma, 03/03/2020.333

Jurisprudência Cível

Recurso Especial nº 1.655.796 / Mato Grosso (2017/0038074-1). Recurso Especial. Processual civil. Ação Civil Pública. Propaganda enganosa. Posto de gasolina. Combustível. Marca comercial. Comercialização. Bandeira diversa. Matriz e filial.

Estabelecimentos. Autonomia jurídica. Inocorrência. Condenação. Publicidade enganosa. Redirecionamento. Possibilidade. Contrapropaganda. Arts. 56, inciso XII, e 60 do Código de Defesa do Consumidor. Direito à informação. Terceira Turma, julgado em 11/02/2020.....	345
---	-----

Noticiário

MPRJ empossa novos Promotores de Justiça.....	371
Luciana Sapha toma posse em seu segundo mandato como Corregedora-Geral do MPRJ	397
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	401